

Reuna

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O TELETRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO

BIBLIOMETRIC STUDY OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON TELEWORKING IN BRAZILIAN PUBLIC SERVICE

Priscila Silva Ximenes Machado

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Brasil
priscila.ximenes@sou.unifal-mg.edu.br

Dimitri Augusto da Cunha Toledo

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Brasil
dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br

Submissão: 25.06.2021. **Aprovação:** 17.04.2022. **Publicação:** 22.05.2022.

Sistema de avaliação: *Double blind review*. **Centro Universitário UNA**, Belo Horizonte - MG, Brasil.

Editora chefe: Profa. Dra. Daniela Viegas da Costa-Nascimento

Este artigo encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:
<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/1307>

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as produções científicas advindas de teses, dissertações e artigos publicados em periódicos relacionados ao teletrabalho no serviço público. Para tanto, utilizou-se o método do estudo bibliométrico, o qual foi desenvolvido através da coleta, registro e análise de dados constantes dos portais de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Catálogo de Teses e Dissertações e do Portal de Periódicos da CAPES, da Rede SciELO e da Biblioteca Eletrônica SPELL. Os resultados apontaram que a maior parte dos trabalhos foi realizada no ano de 2021, em plena pandemia. A produção científica voltou-se prioritariamente para temas como a implantação do teletrabalho, as possíveis vantagens e desvantagens e as percepções do servidor acerca do teletrabalho no isolamento social. O estudo contribui para destacar a inovação do tema e a pouca produção científica em nível nacional. Em tempos de isolamento social, o estudo dessa modalidade de trabalho mostra-se ainda mais relevante.

Palavras-chave: Teletrabalho; Trabalho remoto; Serviço público; Análise bibliométrica.

Abstract

This paper aims to promote a bibliometric study on theses, dissertations and scientific articles related to teleworking in public service. To do so, the data from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, the Catalog of Theses and Dissertations from CAPES, the SciELO Network and SPELL were analyzed. The results showed that most of the work was carried out in 2021, in the pandemic. Scientific production focused primarily on topics such as the implementation of telework, the possible advantages and disadvantages and the perceptions of the server about telework in social isolation. The study contributes to highlighting the innovation of the theme and

the little scientific production at the national level. In times of social isolation, the study of telework is even more relevant.

Keywords: Teleworking; Remote work; Public service; Bibliometric analysis; pandemic.

1. Introdução

O teletrabalho no serviço público é uma modalidade de trabalho em que o servidor atua de forma remota, distante das dependências do órgão público (CONSELHO, 2016). As primeiras experiências ocorreram há cerca de quinze anos na empresa pública Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) dedicada à prestação de serviços em tecnologia da informação no ano de 2005. Iniciando com a adesão de apenas dezoito empregados ao teletrabalho em um total de 9.717 trabalhadores, dez anos depois da implantação do sistema de teletrabalho, a empresa pública já contava com cento e quarenta vagas para os trabalhadores remotos em um universo de 10.759 empregados no quadro (SERPRO, 2020). Os números demonstram que a adesão ao teletrabalho em dez anos, entre 2005 e 2015, não ultrapassou o percentual de dois por cento do total de trabalhadores na referida empresa pública, revelando que a modalidade do teletrabalho ainda é pouco utilizada.

A partir das experiências da referida empresa pública federal, que se tornou um marco inicial e modelo referencial para outras implantações em programas de teletrabalho (LEPLETIER; CRUZ, 2018), outros entes públicos passaram a adotar o trabalho remoto, como Tribunal Superior do trabalho e o Metrô de São Paulo.

As práticas adotadas ainda não se encontram amparadas por regras legais, havendo apenas um projeto de lei iniciado na Câmara dos Deputados no ano de 2015 para autorizar o sistema de escritório-remoto no âmbito do serviço público federal (BRASIL, 2015). Dessa forma, para implementar a prática do teletrabalho, os órgãos públicos têm adotado regulamentações internas estabelecendo objetivos, condições e diretrizes para o trabalho remoto.

Diante desse contexto, importa compreender quais problemas têm sido pesquisados na produção científica brasileira em programas de mestrado e doutorado e também em artigos científicos de periódicos acerca da temática do teletrabalho no serviço público brasileiro. O presente estudo bibliométrico se justifica na medida em que serve de baliza acerca da atenção que a pesquisa científica tem dado em relação ao teletrabalho aplicado ao serviço público, especialmente considerando o atual contexto de pandemia pela Covid-19 e de isolamento social em que o teletrabalho se tornou uma modalidade “forçada” para muitos trabalhadores, de forma a manter a continuidade do serviço público e os postos de trabalho.

O recorte da pesquisa de forma a selecionar apenas produções relacionadas ao tema no âmbito do serviço público se justifica porque, ainda que este (o serviço público) busque por meio do regime de trabalho aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção (DALLOUL, 2020, p. 3), “diferentemente dos empregados na iniciativa privada, os servidores públicos se encontram em uma situação especial de sujeição, o que lhes importa gravames impostos pela Administração de forma mais intensa do que o particular”.

A título de exemplo, a conduta de um servidor público que, de forma reiterada, não cumpra a meta de produtividade pode ser eventualmente tipificada como um crime contra a administração pública conhecido como um ato de “prevaricação”. Tal prática para o empregado da iniciativa privada não ultrapassaria a relação de trabalho com o empregador.

Ademais, mudanças na gestão do serviço público tendem a ser muito mais lentas e burocráticas do que na iniciativa privada. Conforme Freitas (2008, p. 120), “a burocracia estatal é conservadora e assuntos como inovação nos processos de gestão são vistos como ameaça ao *status quo* e geralmente sofrem falta de apoio”. Segundo a autora (2008, p. 126), a aplicação de conceitos da administração de empresas, como o teletrabalho, na administração pública deve ser encorajada, mas “com o cuidado de não se acreditar que tais conceitos tenham aplicação ilimitada e efetuada sem uma reflexão maior”.

Os objetivos do mercado são distintos dos objetivos da administração pública, que necessita do desenvolvimento de ferramentas de gestão adequadas não apenas à esfera pública, mas ao caso brasileiro num enfoque não prescritivo, especialmente em tempos de mudanças tão rápidas e dinâmicas (FREITAS, 2008, p. 126).

Justificado o recorte temático da presente pesquisa, esclarece-se que a abordagem bibliométrica levou em consideração as dissertações e teses disponíveis no portal de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pertencente ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e no catálogo de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Também foram analisados os artigos científicos de periódicos disponíveis na (CAPES), na Biblioteca Científica Eletrônica Online (Rede SciELO) e na Biblioteca Eletrônica de Periódicos Científicos (SPELL).

Os bancos de dados foram escolhidos por se tratar de sistemas de informação que permitem o acesso a teses e dissertações existentes nas instituições de ensino brasileiras e a artigos científicos de diversos periódicos nacionais e internacionais, contendo um vasto acervo.

Assim, após a exclusão dos registros duplicados e daqueles que não se enquadravam no escopo da pesquisa, o *corpus* final pesquisado resultou em 24 (vinte e quatro) dissertações de programas de mestrado, não sendo encontradas teses de doutorado sobre teletrabalho no serviço público. Relativamente aos artigos científicos em periódicos nacionais, após a pesquisa no portal de periódicos da CAPES, da Biblioteca Científica Eletrônica Online (Rede SciELO) e da Biblioteca eletrônica de Periódicos (SPELL), retiradas as duplicidades e os textos que não guardavam relação com a modalidade do teletrabalho no serviço público, foram encontradas 12 (doze) produções. A seguir, apresenta-se um pouco sobre o teletrabalho, tema desenvolvido nas pesquisas encontradas.

2. O teletrabalho como tema de pesquisa

Conforme o relatório de 2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, intitulado “O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano” (PNUD, 2015), após a primeira revolução industrial impulsionada pelo vapor e a segunda pela eletricidade, assiste-se a uma terceira revolução determinada por computadores e redes.

A evolução tecnológica e dos meios de comunicação impactou as relações sociais, culturais e de trabalho. Nesse último caso, a possibilidade do exercício da atividade laboral em ambiente fora das fábricas e das organizações, o trabalho remoto ou em domicílio, ampliou os limites físicos da relação de trabalho (SILVA, 2018).

Com isso, os teletrabalhadores passaram a atuar em horários bem diferentes do horário comercial, podendo fazer diversas interrupções durante o dia e intercalar o trabalho remunerado com atividades domésticas ou atividades de outra natureza.

Essa convergência de espaços e tempos de trabalho produtivo, que gera a mais valia para o capital reprodutivo, relativo aos cuidados da casa e dos familiares, pode representar uma sobrecarga de trabalho para a busca do alcance de uma meta pré-estabelecida de produtividade, bem como acarretar o isolamento social do trabalhador (LIMA, 2018).

A modalidade do teletrabalho tem sido mais vivenciada a partir do ano de 2020 em virtude da pandemia decorrente da disseminação do vírus da Covid-19. Para evitar a proliferação da doença, muitas organizações públicas e privadas passaram a adotar o regime do teletrabalho, utilizando-se, para tanto, das redes de informação e telecomunicações. Dessa forma, não se pode ignorar a experiência atual de utilização do teletrabalho em larga escala e de forma compulsória, cujo impacto poderá ser melhor avaliado após o término da pandemia, quando houver a possibilidade de restabelecimento da atividade laborativa de forma presencial. Os trabalhos científicos sobre o tema tratam de um fenômeno recente, o que dificulta o caráter conclusivo da pesquisa.

Como se verifica, o trabalho realizado fora do confinamento no espaço físico das organizações ainda é uma realidade recente, com poucas experiências duradouras a servirem de referencial para implantação e avaliação. “Pensar em implantar programas de teletrabalho no Brasil ainda gera desconfiças e causa desconforto nos dirigentes públicos” (LIMA, 2018, p. 22).

Observa-se, entretanto, a existência de alguns entusiastas dessa forma de trabalho, que defendem a sua implantação. Em um artigo publicado pelos pesquisadores da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Messenger e Addati (2013, p. 2), embora o teletrabalho possa não ser adequado para todas as pessoas e organizações, esse modelo de trabalho deveria ser reconhecido como um “jogo de ‘ganha-ganha’ para empregados e empregadores”.

Há estudos (TREMBLAY, 2002; NEVES, 2017; LIMA, 2018; NOGUEIRA FILHO, 2020) que buscam apresentar esses tais ganhos para gestores e teletrabalhadores no serviço público. Messenger e Addati (2003, p. 2) destacam o “aumento significativo da produtividade, a redução de custos para as empresas e os trabalhadores, a maior satisfação dos trabalhadores, o desafogamento do tráfego de carros nas cidades e a maior conciliação entre os interesses e as limitações pessoais e laborais”.

Por outro lado, porém, LIMA (2018) alerta para a falsa percepção de panaceia que o modelo do teletrabalho pode gerar. Há críticas que colocam o teletrabalho como uma forma moderna de exploração, precarização e dominação da força do trabalho. ROCHA e AMADOR (2018) destacam ainda a tendência à super individualização do trabalho, com isolamento social, profissional e político. As autoras alertam para a transformação cultural da sociedade, vulnerabilizando as relações de trabalho, com a perda da dimensão coletiva do trabalho.

Observa-se, assim, a necessidade de cautelas e medidas protetivas a serem tomadas pelos gestores e servidores para evitar o isolamento social do trabalhador, a sobrecarga de trabalho com vista ao alcance das metas de trabalho sempre superiores ao trabalho tradicional e a ameaça à instituição familiar, cujas relações podem ficar comprometidas na ausência de balança entre as horas de trabalho e de lazer (LIMA, 2018).

Ao sinalizar que o teletrabalho não deve ser visto como panaceia para todos os males do trabalho convencional, a multinacional Yahoo após anos de experiência com o teletrabalho, anunciou o fim do trabalho remoto na empresa. Segundo a CEO da companhia, Marissa Mayer, algumas das melhores decisões e *insights* provêm dos corredores e conversas no cafezinho, do encontro com novas pessoas e reuniões de equipe de improviso (ARTHUR, 2013).

Observa-se que tais discussões estão sendo travadas nos últimos vinte anos, existindo poucas experiências práticas e menos ainda discussões teóricas, havendo uma carência bibliográfica no mercado editorial brasileiro (LEPLETIER; CRUZ, 2018).

No ano de 2020, com o isolamento social e a notória adoção da prática do teletrabalho por organizações públicas e privadas para a contenção da pandemia e manutenção das atividades de serviço público e empresariais, as experiências com o teletrabalho se multiplicaram, impulsionando não só as práticas relacionadas a essa modalidade de trabalho, mas também direcionando o olhar do pesquisador para o tema.

Como se verá nos resultados encontrados na presente pesquisa, houve um sensível aumento de produções científicas no último ano. Foram produzidas dez dissertações sobre teletrabalho no serviço público em 2021, mais do que o triplo do produzido no ano anterior (apenas três dissertações sobre o tema em 2020).

Relativamente aos artigos científicos em periódicos brasileiros, observou-se que a maior parte dos trabalhos relacionados ao serviço público também foi publicada em 2021, sendo cinco artigos científicos no referido ano. Por se tratar de um fenômeno relativamente recente, as pesquisas sobre o teletrabalho no serviço público ainda são pouco conclusivas, estando ainda em curso, devendo levar algum tempo para novas publicações. Acredita-se que haverá mais estudos sobre a aplicação do teletrabalho no serviço público, ainda mais depois das consequências da pandemia.

Passa-se, a seguir, ao estudo bibliométrico da produção científica acerca do teletrabalho no serviço público, começando pela exposição da metodologia adotada.

3. Percorso Metodológico

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi conduzida mediante a adoção da abordagem bibliométrica. A bibliometria busca realizar o “estado da arte”, mapear

campos de pesquisa e produzir indicadores de produção científica. Tem como princípio analisar a atividade científica ou técnica pelos estudos quantitativos das publicações, tendo como produto os indicadores científicos dessa produção (SILVA; HAYASHI; HAYASHI, 2011).

A pesquisa definiu as seguintes expressões de busca para coleta de dados: “teletrabalho” ou “trabalho remoto” ou “home office” e “serviço público” ou “administração pública” em todos os campos de busca, título, resumo e palavras-chave, do portal de dados da BDTD/IBICT e do banco de dados da CAPES.

As mesmas expressões foram utilizadas no Portal de Periódicos da CAPES, da Biblioteca Científica Eletrônica Online (Rede SciELO) e da Biblioteca Eletrônica de Periódicos (SPELL) para pesquisa por artigos científicos, sendo selecionados os artigos disponibilizados no acervo nos últimos vinte anos, em qualquer idioma. Na pesquisa, foram excluídos tópicos relacionados à saúde pública, história e arqueologia, saúde ocupacional, pública e ambiental, política e serviços de saúde e saúde ocupacional, tendo em vista que se procurou dar maior foco a trabalhos relacionados à gestão do teletrabalho no serviço público, de forma a não envolver estudos relacionados diretamente aos campos da psicologia, história ou saúde laboral, o que não impediu que tais expressões fossem encontradas nos textos ou mesmo que aspectos psicológicos ou da área da saúde fossem sopesados nas pesquisas encontradas.

Os trabalhos encontrados foram registrados em planilha conforme o nome, os autores, escolaridade (mestrado/doutorado), as instituições, o programa de pós-graduação *stricto sensu*, o ano de publicação, as palavras-chave, a temática, os sujeitos e os métodos de pesquisa e as técnicas de coleta e análise de dados empregadas nas pesquisas. Registraram-se, ainda, os resultados encontrados, as limitações e sugestões para pesquisas futuras. Especificamente para os artigos, os periódicos foram registrados em planilha, ainda, segundo a classificação Qualis-Capes de periódicos existentes na Plataforma Sucupira.

Para análise desses registros, estabeleceram-se no presente artigo categorias de natureza quantitativa, como o número de pesquisas conforme as expressões utilizadas nos bancos de dados; o ano de publicação; a classificação qualis-periódicos; os periódicos e as universidades que abrigaram tais pesquisas; as regiões do país onde se localizavam tais instituições de ensino e o perfil dos autores. Em uma análise qualitativa, promoveu-se a categorização por assunto e por natureza metodológica empregada nas pesquisas encontradas.

4. Estudo Bibliométrico Acerca da Produção Científica sobre Teletrabalho no Serviço Público

Promoveu-se o estudo bibliométrico acerca das produções científicas sobre o teletrabalho no serviço público, analisando-se em separado os trabalhos realizados em programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e publicações de artigos científicos em periódicos. Passa-se a apresentar os resultados de forma separada, iniciando-se pelas produções acadêmicas em cursos de mestrado e doutorado.

Conforme pesquisa desenvolvida sobre as dissertações e teses disponíveis no banco de dados da Biblioteca Digital BDTD/IPICT, aplicando-se a expressão

“teletrabalho” em todos os campos de pesquisa, título, autor e assunto, foram encontradas 105 (cento e cinco) produções científicas. Utilizando-se a expressão “home office”, encontraram-se 42 (quarenta e dois) pesquisas e com o termo “trabalho remoto” foram localizadas 15 (quinze) produções. Retiradas as duplicidades, no banco de dados da BDTD/IBICT, encontraram-se ao todo 117 (cento e dezessete) dissertações e 38 (trinta e oito) teses.

No catálogo de dissertações da CAPES, foram localizadas 195 (cento e noventa e cinco) pesquisas que continham o termo “teletrabalho”, 68 (sessenta e oito) com “home office” e 38 (trinta e oito) com “trabalho remoto”. Excluindo-se as repetições, foram encontradas 228 (duzentos e vinte e oito) dissertações e 32 (trinta e duas) teses no referido catálogo. Com relação aos dois bancos de dados, observou-se a existência de duplicidade relativamente a oitenta registros.

Em seguida, refinou-se a pesquisa ao se incluírem os termos “serviço público” ou “administração pública”. Retirando-se as duplicidades e as teses e dissertações que apenas mencionam as expressões de busca, mas não abordam o assunto como tema central da pesquisa com o viés do serviço público, verificou-se a existência de 24 (vinte e quatro) dissertações e nenhuma tese.

Com relação aos artigos em periódicos, na pesquisa promovida no portal da CAPES, foram encontrados 73 (setenta e três) artigos com a expressão “teletrabalho”, 413 (quatrocentos e treze) artigos com a expressão “home office” e 82 (oitenta e dois) contendo “trabalho remoto”. Retiradas as duplicidades, encontraram-se 486 (quatrocentos e oitenta e seis) artigos com os termos “teletrabalho” ou “home office” ou “trabalho remoto” no referido portal.

No banco de artigos da SCieLO, foram encontradas 30 (trinta) produções com a expressão “teletrabalho”, 20 (vinte) com o termo “home office” e 14 (quatorze) com “trabalho remoto”. Ao todo, retirando-se as duplicidades, encontraram-se 56 (cinquenta e seis) artigos no referido banco de dados.

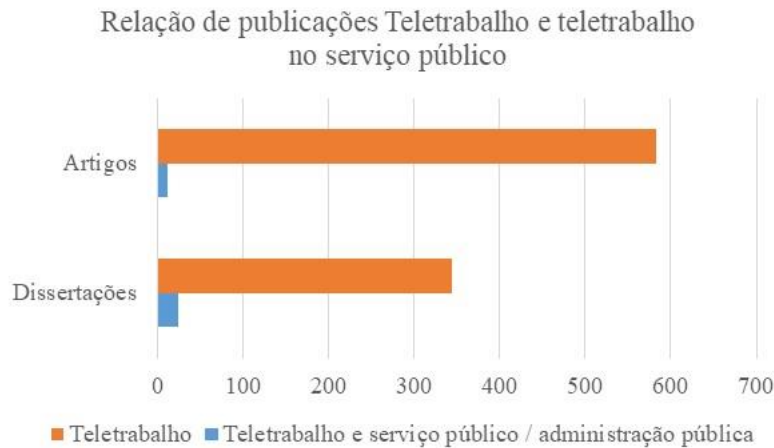
Finalmente, na biblioteca eletrônica SPELL, foram localizados 41 (quarenta e um) artigos que continham o termo “teletrabalho”. Não foram encontradas produções com os termos “home office” e “trabalho remoto” no referido acervo.

Foram encontrados quatro artigos científicos que apareceram nas pesquisas realizadas nos três bancos de dados.

Em seguida, refinou-se o resultado de forma a excluir os artigos que, não obstante apresentassem tais expressões, “teletrabalho”, “home office” e “trabalho remoto”, em um dos campos pesquisados, título, resumo e palavras-chave, não guardavam relação com a temática do teletrabalho no serviço público.

Dessa forma, encontraram-se, ao final, 12 (doze) produções que tiveram o teletrabalho como objeto de estudo, sendo excluídas as duplicidades e as produções que mencionam a expressão, mas não abordam o tema de forma central.

Pela análise do quantitativo de produções, tanto de dissertações quanto de artigos científicos, observa-se que, em comparação com a produção científica acerca do teletrabalho abordado de forma ampla, o número de pesquisas sobre o teletrabalho no serviço público representa parcela ainda pouco expressiva, conforme quadro abaixo.

Figura 1 - Teletrabalho X “administração pública/ serviço público”.

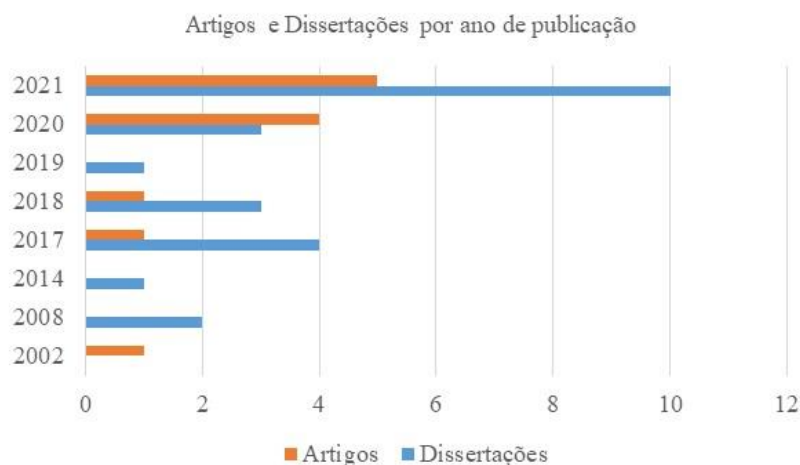
Fonte: elaboração própria.

Analisando tais trabalhos com o recorte sobre o serviço público, verifica-se que as vinte e quatro dissertações foram produzidas entre os anos de 2008 e 2021. Pouco menos da metade dos trabalhos, dez dissertações, foram realizados em 2021.

Em segundo lugar, mas com apenas quatro produções, tem-se o ano de 2017, seguido dos anos de 2018 e 2020, com três dissertações cada, do ano de 2008, com dois trabalhos e 2014 e 2019, com uma produção em cada um desses anos.

Os artigos sobre teletrabalho no serviço público concentraram-se, em sua maior parte, no ano de 2021, com cinco trabalhos, seguido do ano anterior, 2020, em que se verificou a existência de quatro produções sobre o tema. Os demais artigos foram publicados nos anos de 2017 e 2018, sendo uma produção para cada ano e, ainda, uma produção no ano de 2002.

A produção científica sobre teletrabalho no serviço público por ano de publicação foi descrita no quadro que segue:

Figura 2 - Pesquisas por ano de publicação.

Fonte: elaboração própria.

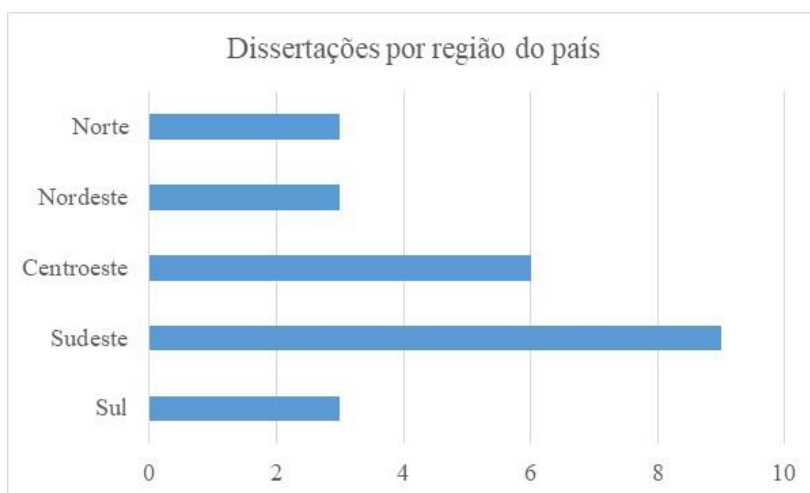
Esses dados demonstram que assim como o processo de implantação do teletrabalho no serviço público é recente (LEPLETIER; CRUZ, 2018), tendo a primeira experiência ocorrido há quinze anos, os estudos acadêmicos sobre o tema também o são.

O momento atual em que se fez necessário o isolamento social para controle da pandemia pelo Coronavírus contribuiu para que as organizações (públicas e privadas) voltassem a atenção para a possibilidade de implantação do teletrabalho, o que repercutiu em um aumento notável de pesquisas acadêmicas sobre o tema em 2021, conforme se verificou pelo resultado do presente estudo bibliométrico.

Como se pode observar no quadro acima, no ano de 2021 foram produzidas dez dissertações e cinco artigos sobre o teletrabalho no serviço público, superior ao ano anterior, em que foram publicadas três dissertações e quatro artigos científicos. Observa-se, ainda, que o número de dissertações (dez) representa quase o dobro de toda a produção de dissertações sobre o tema até então publicadas (vinte e quatro). Analisando a quantidade de artigos produzidos, observa-se que foram publicados quase a metade (cinco) em 2021 que em todo o período analisado.

Relativamente à região onde se localizam os programas de pós-graduação “stricto sensu” que abrigaram as pesquisas sobre o teletrabalho no serviço público, observou-se que a maior parte das produções (nove) foram realizadas em universidades que se encontram na região sudeste, havendo seis registros na região centroeste e três na região sul, norte e nordeste.

Figura 3 - Pesquisas por região.



Fonte: elaboração própria.

Relativamente às instituições de ensino que abrigaram tais dissertações, verifica-se um predomínio da FGV/EBAPE, com quatro produções, seguida da Universidade de Brasília (UNB) e da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com três trabalhos. Observou-se, ainda, a existência de duas dissertações na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e uma na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Universidade de Marília (UNIMAR), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), na Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na Universidade Salvador (UNIFACS) e na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Figura 4 - Dissertações por instituições de ensino.

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos artigos científicos relacionados ao teletrabalho no serviço público, observou-se a existência de quatro autores filiados à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), quatro à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), três à Universidade Federal do Pará (UFPA), dois à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), à Universidade Federal do Paraná (UFPR), à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), à Universidade de São Paulo (USP), à Escola Superior Dom Hélder Câmara e um à Universidade de Brasília (UNB) e à Universidade Federal do Ceará (UFC). Ainda, constatou-se que dois autores estavam filiados à Universidade Nacional da Colômbia - Amazônia (UNIVERSIA), uma à Universidade de Quebec (UQÂM) e um ao Conselho Argentino de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e à Instituição Penitenciária Las Heliconias (INPEC), em Florência, na Colômbia.

Figura 5 - Filiações institucionais dos autores dos artigos.

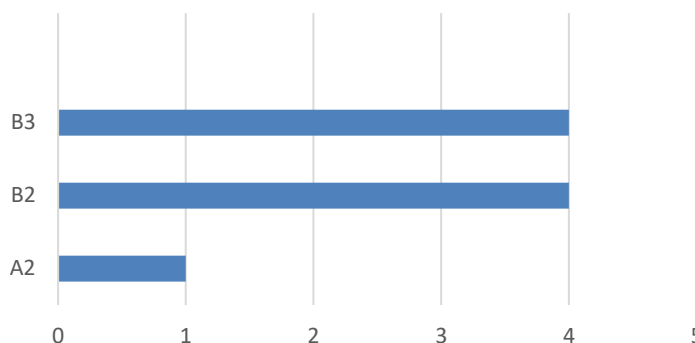
Fonte: elaboração própria.

Relativamente à qualificação dos doze artigos científicos encontrados nos referidos bancos de dados sobre teletrabalho no serviço público, verificou-se que um periódico recebeu a classificação Qualis A2 (Revista de Administração de Empresas), quatro foram qualificados como B2 (Revista do Serviço Público – ENAP, Trabajo y Sociedad, Revista Brasileira de Saúde Ocupacional e Lex Humana) e quatro como B3

(Emancipação, Navus, Gestão e Desenvolvimento e Revista de Administração, Sociedade e Inovação).

Figura 6 - Periódicos – Classificação Qualis.

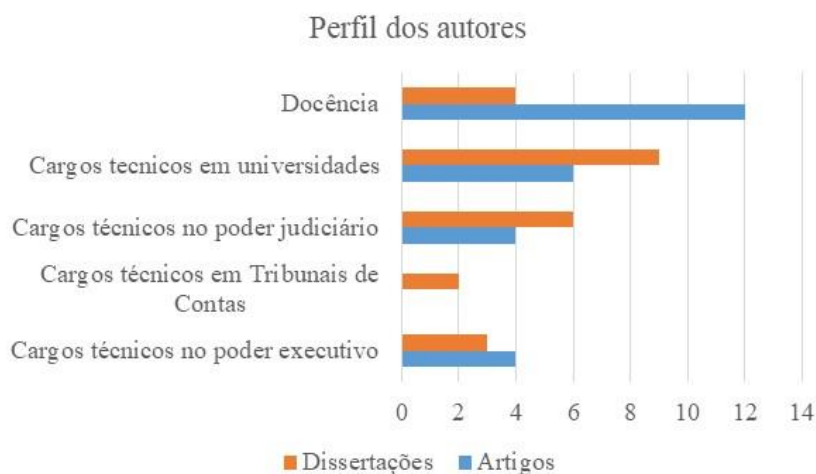
Periódicos - Classificação Qualis



Fonte: elaboração própria.

Conforme pesquisa realizada nos currículos disponíveis na Plataforma Lattes, verificou-se que os autores das dissertações sobre o teletrabalho no serviço público apresentavam o perfil de servidores públicos, sendo nove ocupantes de cargos técnicos em universidades federais, seis pertencentes a Tribunais de Justiça e do Trabalho, dois de Tribunais de Contas, dois de autarquia federal e empresa pública estadual, dois procuradores federais, um auditor fiscal da Receita Estadual e um advogado. Dos vinte e cinco autores, somente quatro deles se declararam professores de instituição de ensino superior.

Relativamente aos autores dos artigos científicos relacionados ao teletrabalho no serviço público, conforme consulta aos currículos lattes e ao banco de dados de pesquisadores ORCID, observou-se que doze autores se ocupavam da atividade de docência em instituições de ensino superior e quatorze de cargos técnicos e administrativos em órgãos públicos, sendo seis cargos técnicos em universidades e quatro no poder judiciário e quatro cargo técnico no poder executivo.

Figura 7 - Perfil dos autores.

Fonte: elaboração própria.

Por fim, organizaram os dados em uma planilha única, constando o título da publicação, o autor, o orientador em caso de mestrado, a classificação Qualis em caso de periódico, a instituição filiada, o ano de publicação e a ocupação profissional do autor, conforme segue:

Tabela 1 - Resumo das produções científicas sobre o teletrabalho no serviço público

| Dissertações e Artigos | Autores | Orientador / Qualis | Instituição | Ano | Ocupação profissional |
|--|--|-----------------------------------|-------------|------|---|
| Teletrabalho e Atitudes Frente à Mudança: estudo multicase no setor público brasileiro | Míriam Aparecida Mesquita Oliveira | Maria Júlia Pantoja | UNB | 2019 | Técnico administrativo na UNB |
| Proposta de Roteiro Estratégico para Implantação de Teletrabalho em Organizações Públicas: Um Estudo de Caso no Ministério Público do Trabalho | Valério Soares Heringer | Thalmo de Paiva Coelho Júnior | Ufes | 2017 | Procurador do Trabalho do MPT |
| O Teletrabalho no Poder Judiciário Brasileiro: Ganhos para Tribunais e Sociedade? As Experiências de Santa Catarina e Amazonas | Mauro Saraiva Barros Lima | Edson Kenji Kondo | FGV/EBAPE | 2018 | Assistente Judiciário do Estado do Amazonas |
| O Sistema de Comunicação Digital (Sicodi) como Instrumento para Efetivação do Teletrabalho na Fiscalização a Cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro | Virgílio de Oliveira Souza | Paulo Emilio Matos Martins | FGV/EBAPE | 2008 | Técnico de Controle Externo do TCRJ |
| Rotatividade de Pessoal no Poder Judiciário do Estado de Rondônia | André de Araújo Neves | Marlene Valério dos Santos Arenas | UNIR | 2017 | Técnico Judiciário do TJRO |
| Teletrabalho na Administração Pública: Desenvolvimento de Método de Identificação de Tarefas Teletrabalháveis | Patrícia Paranhos de Oliveira Carneval | Suzana Dantas Hecksher | UFF | 2018 | Técnico de Segurança do Trabalho na UFF |
| Teletrabalho na Administração Pública Federal: Uma Análise do Potencial de Implantação na Diretoria de Marcas do INPI | Silvia Rodrigues de Freitas | Alketa Peci | FGV/EBAPE | 2008 | Tecnologista INPI |
| Desenho do Teletrabalho: Percepções e Práticas | Juliana Legentil Ferreira Faria | Gardenia da Silva Abbad | UNB | 2020 | Técnico administrativo na UNB |
| Perspectivas Sobre o Teletrabalho no Contexto na Administração Pública Brasileira: Um Anteprojeto | Gabriella Di Felício Ferreira da Silva | Hermano Roberto Thiry Cherques | FGV/EBAPE | 2014 | Analista em Empresa Pública |

| | | | | | |
|---|--|--|-----------------------------------|------|--|
| Teletrabalho na Administração Pública: Estudo de Caso na Controladoria Geral da União | Alisson Cardoso Alves | Luciana de Oliveira Miranda | UNB | 2020 | Técnico administrativo na UNB |
| Teletrabalho em Instituições Públicas: Um Estudo de Caso no Tribunal de Contas do Estado do Ceará | Luciana Barbosa Queiroz de Almeida | Maria Naiula Monteiro da Silva | UFC | 2018 | Analista do TCCE |
| Tecnologia e Trabalho: Panorama Atual da Institucionalização do Teletrabalho na Justiça do Trabalho Brasileira | Ana Karine Uchôa Leite Brito Amorim | Robson Luiz de França | UFU | 2020 | Técnica do TRT22 |
| Avaliação Multicritério de Desempenho do Setor Público: Uma Proposta para Apoiar a Gestão do Trabalho Remoto em um Órgão Público | Gabriela Almeida Marcon | Ademar Dutra | UNISUL | 2017 | Procurador Federal da AGU |
| Análise do Processo de Implantação do Teletrabalho na Administração Pública Brasileira: Estudo dos Casos do SERPRO e da Receita Federal | Rachel Mercedes Penha de Castro | Luis Fernando Filardi Ferreira | IBMEC | 2017 | Autônoma |
| O Teletrabalho/Home Office no Poder Judiciário Brasileiro: Desafios Econômicos, Regulatórios e Socioambientais | Luciana Faria de Carvalho | Ricardo Pinha Alonso | UNIMAR | 2021 | Analista Judiciária TJ/MT |
| Teletrabalho imposto pelo Isolamento Social: Manifestações dos Servidores Técnico-Administrativos de Universidades Públicas Federais | Roberta Fischer Casagrande | José Luis Duarte Ribeiro | UFRS | 2021 | Assistente Administrativo UFRS |
| Percepção dos servidores do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto sobre a implantação temporária, em caráter emergencial, do teletrabalho em tempos de pandemia do Covid-19 | Eicy Loreda Bittencourt | Renata de Sousa da Silva Tolentino | FUMEC | 2021 | Telefonista IF Sul de Minas |
| Home office na Universidade Federal de Rondônia em tempos de pandemia e proposta para implantação pós pandemia da Covid-19 | Aline Cristina Helfenstein | Marlene Valério dos Santos Arenas | UNIR | 2021 | Assistente Administrativo UNIR |
| Impacto da pandemia do Covid-19 na produtividade dos servidores públicos: abordagem ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª região – TRT 14 | Rafael Vicente Martins dos Reis | Marlene Valério dos Santos Arenas | UNIR | 2021 | Assistente de Diretor TRT 14 |
| Análise da implantação do teletrabalho na administração pública: um estudo de caso na Secretaria de Estado de Fazenda do estado de Mato Grosso do Sul | Diego Marçal Torales Palacios | Alberto de Barros Aguirre | UFMS | 2021 | Auditor Fiscal da Receita Estadual MS |
| Desafios do teletrabalho: potencialidades para o desenvolvimento de competências em uma instituição pública | Damarys de Souza Afonso | Flavia Lorene Sampaio Barbosa | UFPI | 2021 | Analista Judiciária TRT 16 |
| O teletrabalho na administração pública: um estudo de caso sobre sua aplicação na faculdade de odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | Eric Henrique de Souza | Marco Antonio Costa da Silva | UFMS | 2021 | Assistente em Administração UFMS |
| O teletrabalho como política pública: a necessária compatibilização do dever de eficiência pelo Poder Público e os direitos fundamentais sociais do teleservidor | Pamela Conceição Gavazza | Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas | UNIFACS | 2021 | Advogada |
| Autonomia, Multitarefas e bem-estar: a percepção de técnicos-administrativos do IFSC em tempos de teletrabalho | Daniele Caroline da Silva | Sayonara de Fatima Teston | UNOESC | 2021 | Assistente em Administração IFSC |
| Teletrabalho no Direito Brasileiro: Fundamentos, Perspectivas e Alterações Promovidas pela Reforma Trabalhista | Bruno Ferraz Hazan; Amanda Duarte Pereira Morato | Lex Humana – B2 | Escola Superior Dom Hélder Câmara | 2018 | Professor da Escola Superior Dom Hélder Câmara; Advogada |
| Virtual mas real. Análise de uma experiência de organizado sindical de trabalhadores em ambientes virtuais | Nicolás Diana Menendez | Trabajo Y Sociedad - B2 | Conicet | 2020 | Professor na UNSAM (Argentina) |
| A justiça não pode parar?! Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do Judiciário Federal | Evelise Dias Antunes; Frida Marina Fischer | Revista Brasileira de Saúde Ocupacional - B2 | IFPR e USP; USP | 2020 | Professora IFPR; Professora USP |

| | | | | | |
|---|---|--|--|------|--|
| Estratégia baseada teletrabalho de contribuir para a inclusão sócio-laboral de interna condicionalmente libertado da prisão Heliconias | Carmen Mary Corrales-López; Ingrid Johana Bonilla-González; Edwin Eduardo Millán-Rojas | Revista Científica-Universidade Francisco José de Caldas | Uniamazonia (Colombia); Institución Penitenciaria las Heliconias, Florencia, Caquetá, Colombia | 2017 | Professora na UNIAMAZONIA; Militar na INPEC; Professor na UNIAMAZONIA |
| Organização e Satisfação no Contexto do Teletrabalho | Diane-Gabrielle Tremblay | Revista de Administração de Empresas – B3 | Télé-université da Universidade de Quebec | 2002 | |
| Teletrabalho Estruturado na Administração Pública: A Experiência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região | Maria Helena Tavares da Silva Guerra; Rodopiano Rocha da Silva Neto; Tais Ribeiro Ranieri; Úrsula Custódio Gomes | Revista da Administração, Sociedade e Inovação – B3 | UFPA; UFPA; UFPA; UFCE | 2020 | Analista Judiciário TRT8; Técnico Judiciário TRT8; Assistente em Administração Universidade Federal do Pará; Analista Judiciário/Psicologia TRT8 |
| O teletrabalho como indutor de aumentos de produtividade e da racionalização de custos: uma aplicação empírica no Ministério da Justiça e Segurança Pública | José de Albuquerque Nogueira Filho; Miriam Aparecida Mesquita Oliveira; Fabiano Pereira; Corrêa Sâmy; André Nunes | Revista do Serviço Público ENAP- B2 | UnB | 2020 | Coordenador Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça; Secretária Executiva UNB; Mediador de Conflitos do governo do DF; Professor UNB |
| Teletrabalho, Produção e Gasto Público: O que Aprendemos com a Covid-19? | Andressa Buss Rocha; Daniel Corrêa; Julierme Gomes Tosta; Roberto Paula de Freitas Campos | Revista do Serviço Público ENAP- B2 | UFES | 2021 | Consultora do Tesouro Estadual ES; Consultor do Tesouro Estadual ES; Mestrando UFES; Consultor do Tesouro Estadual ES |
| Gestão de Pessoas e o Teletrabalho: Desafios e Possibilidades | Ana Luiza Leite Dannyela da Cunha Lemos | Revista do Serviço Público ENAP- B2 | UDESC | 2021 | Doutoranda em Administração UDESC Professora de Administração da UDESC |
| Teletrabalho e Qualidade de Vida: Estudo de Caso do Poder Judiciário em um Estado do Norte do Brasil | Luis de Jesus Pereira; Ananias Costa; Leiliane Penafort da Silva; Cláudio Márcio Campos de Mendonça | Gestão e Desenvolvimento - B3 | UNIFAP | 2021 | Técnico Judiciário TJ/AP; Assistente em Administração UNIFAP; Assistente em Administração UNIFAP; Professor UNIFAP |
| Condições objetivas do trabalho docente na modalidade remota no contexto da COVID-19: uma análise correlacional em instituições públicas e privadas | Fernanda Landolfi Maia; Kelen Aparecida da Silva Bernardo | Emancipação – B3 | UFPR | 2021 | Professora UFPR; Professora da UEPG |
| Vitualização do trabalho durante a Pandemia do COVID-19: avaliação da experiência dos servidores de uma Instituição Federal de Ensino Superior | Suzana Baccili; Nicholas Joseph Tavares da Cruz | Navus – B3 | UFAL | 2021 | Administradora UFAL; Professor UFAL |

Fonte: elaboração própria.

5. Análise Qualitativa da Produção Científica Encontrada

Com relação às temáticas mais abordadas nas dissertações, observou-se que onze pesquisas trataram da implantação do teletrabalho no serviço público,

envolvendo, entre outros, aspectos relacionados aos setores “teletrabalháveis” (CARNEVAL, 2018), às atitudes, ceticismo, temor ou aceitação, dos servidores frente às mudanças organizacionais (OLIVEIRA, 2019), ao roteiro estratégico para implementação do teletrabalho (HERINGER, 2017), às percepções do servidor (FISCHER, 2021; BITTENCOURT, 2021; SILVA, 2021; REIS, 2021), proposta de implantação no período pós-pandêmico (HELFENSTEIN, 2021; PALACIOS, 2021), impactos e desafios do teletrabalho compulsório e emergencial durante a COVID-19 (CARVALHO, 2021; REIS, 2021; AFONSO, 2021; SOUZA, 2021) e a efetividade e estruturação histórico-legal do teletrabalho (GAVAZZA, 2021).

Dois trabalhos se dedicaram a apontar supostas vantagens e desvantagens do teletrabalho, como a manutenção de servidores no quadro funcional (NEVES, 2017) e os ganhos para tribunais e sociedade com o teletrabalho (LIMA, 2018). Verificou-se, ainda, uma única dissertação com tema específico relativo ao sistema de gestão e avaliação de desempenho do teletrabalhador (MARCON, 2017).

Quanto aos doze artigos científicos encontrados, observa-se que a temática se relaciona ao processo de implantação (GUERRA et al., 2020), papel da gestão de pessoas nesse processo (LEITE et al., 2021), aumento da produtividade e a racionalização dos custos (NOGUEIRA FILHO, 2020; ROCHA et al., 2021), legislação aplicada (HAZAN; MORATO, 2018), organização sindical para os teletrabalhadores (MENENDEZ, 2020), teletrabalho no contexto da pandemia (ANTUNES; FISCHER, 2020; BACCILI; CRUZ, 2021), teletrabalho para presidiários (CORRALEZ-LOPES et al., 2017) e satisfação no teletrabalho (TREMBLAY, 2002; PEREIRA et al., 2021).

Observa-se que a temática envolvida tanto nas dissertações quanto nos artigos ainda está, em parte, relacionada a questões ligadas à implantação do modelo do teletrabalho, das supostas vantagens dessa modalidade de trabalho e da regulação normativa acerca da matéria. A temática dos trabalhos no ano de 2021 foi inteiramente voltada para o trabalho exercido durante o isolamento social em virtude da pandemia.

Relativamente à natureza metodológica da pesquisa, o estudo de caso foi o método declarado em oito dissertações, sendo utilizadas as técnicas de questionários, entrevistas e observações direta e participante em organizações públicas que adotaram o teletrabalho como modalidade de prestação de serviço. Verificou-se a abordagem quali-quantitativa em seis pesquisas, quatro pesquisas qualitativas e apenas uma pesquisa se identificou como de natureza quantitativa.

Relativamente aos resultados encontrados nas dissertações de mestrado com temas relacionados ao teletrabalho no serviço público, observa-se que o “temor” é a atitude predominante do servidor público frente a implementação do teletrabalho (OLIVEIRA, 2019), que o aumento de programas de teletrabalho é uma tendência nas organizações públicas (HERINGER, 2017), que o teletrabalho gera ganhos para os tribunais e sociedade (REIS, 2021; SOUZA, 2021; LIMA, 2018), que o processo deve ser constantemente aprimorado, ouvindo-se todos os envolvidos (BITTENCOURT, 2021; PALACIOS, 2021; GAVAZZA, 2021; SOUZA, 2008), que as tarefas “teletrabalháveis” devem ser selecionadas levando-se em conta as variabilidades humanas, as atividades desenvolvidas e as especificidades do serviço público (CARNEVAL, 2018).

Algumas pesquisas apresentaram críticas à adoção do teletrabalho. Freitas (2008), por exemplo, entende que a aplicação do modelo próprio da iniciativa privada no serviço público não deve se dar de forma automática.

A aplicação de conceitos da administração de empresas como o teletrabalho na administração pública, pode e deve ser encorajada, tendo, no entanto, o cuidado de não se acreditar que os mesmos têm aplicação ilimitada e que pode ser efetuada sem uma reflexão maior. Os objetivos do mercado são distintos dos objetivos da administração pública, que necessita do desenvolvimento de ferramentas de gestão adequadas não apenas à esfera pública, mas ao caso brasileiro num enfoque não prescritivo, especialmente em tempos de mudanças tão rápidas e dinâmicas (p. 126).

Segundo Tremblay (2002, p. 64), “as desvantagens são apresentadas em termos de isolamento e ausência de colegas de trabalho, algo que os teletrabalhadores em tempo integral sofrem mais do que aqueles em tempo parcial”. O risco do isolamento social também foi evidenciado por Guerra et al (2020), que destacou a necessidade de contínuo monitoramento das organizações adotam o teletrabalho. Helfenstein (2021) reconheceu a existência de lacunas acerca de como ocorreria o planejamento e o controle das atividades relacionadas ao teletrabalho.

Nas pesquisas promovidas por Heringer (2017), Oliveira (2019), Casagrande (2021) e Afonso (2021), verifica-se que não houve uma ponderação acerca das particularidades do universo estudado e das variantes dentro contexto de pesquisa, como a estrutura organizacional e os aspectos familiares e sociais dos servidores, fatores que poderiam influenciar nos resultados obtidos (temor diante da implantação do teletrabalho). Em Lima (2018), observa-se que o autor tratou dos ganhos para os tribunais e sociedade, mas se esqueceu de abordar o tema sob a ótica do teletrabalhador. De uma forma geral, verifica-se que os estudos se limitaram ao ambiente pesquisado, através de uma abordagem expositiva, mas pouco crítica acerca da forma como o teletrabalho foi implementado nas organizações públicas estudadas.

Observa-se que as pesquisas encontradas se mostraram pouco profundas acerca do impacto do teletrabalho para o trabalhador ou sobre como o teletrabalho pode se transformar em uma forma de precarização e perda dos direitos trabalhistas. Na sua maioria, verifica-se que as pesquisas se limitaram a expor benefícios, vantagens e desvantagens, expressão algumas vezes substituídas por “desafios” do teletrabalho. Assim, reconhece-se nas pesquisas até então encontradas uma visão mais panorâmica e pouco crítica acerca da implantação do teletrabalho.

A seguir, expõem-se as considerações extraídas dos resultados da presente pesquisa.

6. Considerações Finais

O presente estudo bibliográfico permitiu analisar as produções científicas relacionadas à temática do teletrabalho no serviço público produzidas no Brasil. Verificou-se a existência de vinte e quatro pesquisas em programas de pós-graduação *stricto sensu* e doze artigos com o tema central relacionado ao teletrabalho no serviço público.

A maior parte das dissertações sobre o teletrabalho no serviço público foram produzidas no ano de 2021, demonstrando que a adesão compulsória dos servidores ao teletrabalho despertou o interesse dos pesquisadores sobre o tema. A produção científica voltou-se prioritariamente para temas relacionados à implantação do

teletrabalho, supostas vantagens e desvantagens, legislação aplicável, desafios e percepções dos teletrabalhadores.

Pelos dados coletados, verificou-se que os estudos acadêmicos brasileiros acerca do teletrabalho no serviço público apresentam-se em pequena quantidade, sendo, ainda, muito recentes. A maior parte da produção científica encontrada foi publicada cerca de doze anos depois da primeira experiência de teletrabalho no serviço público nacional.

Reconheceu-se, assim, a necessidade de uma maior produção científica acerca do tema que problematize não só os aspectos relacionados à implantação do teletrabalho, características, os desafios, mas também os impactos e consequências para o teletrabalhador, gestor e para a sociedade, especialmente em se considerando eventual o impacto do teletrabalho no aumento da qualidade do serviço público.

Com o presente estudo, pretendeu-se demonstrar que o tema do teletrabalho no serviço público ainda é um campo a ser explorado, mostrando-se inovador e desafiador, dada a pouca produção científica sobre o tema. As diferentes ferramentas disponíveis para pesquisa nos bancos de dados, apresentando algumas limitações para compilação e impressão das informações, foi um limitador para o presente estudo.

Tais pesquisas ganham importância à medida em que saem das prateleiras das bibliotecas universitárias e contribuem subsidiando soluções nos processos decisórios de implantação dessa nova modalidade de trabalho no poder público como um todo.

A importância do tema se eleva ainda mais no atual contexto da pandemia pela Covid-19 e pela necessidade de isolamento social em que a modalidade do teletrabalho passou a ser compulsória em muitas instituições públicas, forçando gestores e trabalhadores a se adaptarem ao novo modelo de trabalho, passando a utilizar ainda mais as ferramentas para comunicação e transmissão de dados à distância. A evidente escassez bibliográfica demonstrada por meio do presente trabalho revela que o tema está longe de um esgotamento, mostrando-se necessárias pesquisas futuras acerca do teletrabalho no serviço público.

Referências

ANTUNES, Evelise; FISCHER, Frida Maria. **A justiça não pode parar?! Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do Judiciário Federal.** Revista Brasileira Saúde Ocupacional. 2020.

ARTHUR, Charles. **Yahoo chief bans working from home.** The Guardian. Edição Internacional. 25 fev. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2013/feb/25/yahoo-chief-bans-working-home>. Acesso em: 22 out. 2019.

BIBLIOTECA Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). IBICT. Brasília. Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 30 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 2723/2015. **Acrescenta o §3º ao art. 19 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime**

Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para autorizar a implantação do sistema de escritório remoto (“home office”) no serviço público. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1672572>. Acesso em 22 out. 2019.

CARNEVAL, Patrícia Paranhos de Oliveira. **Teletrabalho na Administração Pública: Desenvolvimento de Método de Identificação de Tarefas Teletrabalháveis.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional de Sistemas de Gestão) – Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2008.

CATÁLOGO de Teses e Dissertações. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 30 set. 2020.

CONSELHO Nacional de Justiça (CNJ). Resolução 227, de 15 de junho de 2016. Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2295>. Acesso em: 22 out. 2019.

CORRALES-LÓPEZ, Carmen Mary; BONILLA-GONZÁLEZ, Ingrid Johana; MILLÁN-ROJAS, Edwin Eduardo. **Estrategia basada en Teletrabajo para contribuir a la inclusión socio-laboral de los internos preliberados de la penitenciaria las Heliconias.** Revista Científica, Universidade Distrital Francisco José de Caldas, 29 (2), 2017.

DALLOUL, Samara Yasser Yassine. **Teletrabalho no Serviço Público e a (i)legalidade da exigência de acréscimo de produtividade.** Conteúdo Jurídico. Brasília-DF: 24 out. 2020. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51474/teletrabalho-no-servico-publico-e-a-i-legalidade-da-exigencia-de-acrescimo-de-produtividade>. Acesso em: 24 out. 2020.

FREITAS, Silvia Rodrigues de. **Teletrabalho na administração pública federal: uma análise do potencial de implantação na diretoria de marcas do INPI.** 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

GUERRA, Maria Helena Tavares da Silva *et al.* **Teletrabalho Estruturado na Administração Pública: A Experiência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.** Revista de Administração, Sociedade e Inovação. V. 6, n. 3, 2020.

HAYASHI, Maria Cristina. **Análise bibliométrica:** leituras teóricas, procedimentos metodológicos e protocolo de coleta de dados. São Carlos, 2014.

HAZAN, Bruno Ferraz; MORATO, Amanda Duarte Pereira. **Teletrabalho no Direito Brasileiro:** Fundamentos, Perspectivas e Alterações Promovidas pela Reforma Trabalhista. Lex Humana, Petrópolis, v. 10, n. 1, p. 01-23, 2018.

HERINGER, Valério Soares. **Proposta de roteiro estratégico para implantação de teletrabalho em organizações públicas: um estudo de caso no Ministério Público do Trabalho**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

LEPLETIER, Evandro; CRUZ, Lucineide. **Gestão do Teletrabalho (home office) no Brasil: casos do SERPRO e TCU e métodos para a implantação**. Brasília: Fácil Editora, 2018.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. **Trabalhadores Digitais: as novas ocupações no Trabalho Informacional**. Revista Sociedade e Estado. vol. 32. n. 1. 2016.

LIMA, Mauro Saraiva Barros. **O teletrabalho no poder judiciário brasileiro: ganhos para tribunais e sociedade? As experiências de Santa Catarina e Amazonas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

MARCON, Gabriela Almeida. **Avaliação multicritério de desempenho do setor público: uma proposta para apoiar a gestão do trabalho remoto em um órgão público**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017.

MENENDEZ, Nicolás Diana. **Virtual mas Real. Análise de uma experiência de organizado sindical de trabalhadores em ambientes virtuais**. Trabajo y Sociedad. vol.21 no.34 Santiago del Estero jun. 2020.

MESSENGER, Jon; ADDATI, Laura. **The strong case for working remotely**. 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_208067/lang-en/index.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

NEVES, André de Araújo. **Rotatividade de pessoal no poder judiciário do estado de Rondônia**, Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

NOGUEIRA FILHO, José de Albuquerque *et al.* **O teletrabalho como indutor de aumentos de produtividade e da racionalização de custos: uma aplicação empírica no Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Revista do Serviço Público. Brasília, 71 (2), 2020.

OLIVEIRA, Míriam Aparecida Mesquita. **Teletrabalho e atitudes frente à mudança: estudo multicase no setor público brasileiro**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do desenvolvimento humano 2015: **o trabalho como motor do desenvolvimento humano**. Nova York, 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014.html>. Acesso em: 19 out.2019.

ROCHA, Cháris Telles Martins da; AMADOR, Fernanda Spanier. **O Teletrabalho: conceituação e questões para análise**. Cad. EBAPE.BR, v. 16, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2018. pp. 152-162.

SERPRO. Superintendência de Gestão de Pessoas. **Resposta ao Serviço de Informação ao Cidadão**. 18 dez. 2020.

SOUZA, Virgílio de Oliveira. **O sistema de comunicação digital (SICODI) como instrumento para efetivação do teletrabalho na fiscalização a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

SPRITZER, Tiago Almeida. **Uma análise empírico-exploratória acerca do impacto do teletrabalho na carreira do teletrabalhador**. 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

TREMBLAY, Diane-Gabrielle. **Organização e Satisfação no Contexto do Teletrabalho**. *Revista de Administração de Empresa*. São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2002.

WOLF, Simone. **O “teletrabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais**. In. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, pp. 89-112.